

FINANÇAS PÚBLICAS

Governo negocia adiar prazo da Lei Camata

Quase metade dos Estados não tem como cumprir limite de comprometimento de receita com gasto de pessoal

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA – O governo federal está negociando com governadores e prefeitos estender o prazo legal para que Estados e municípios ajustem as despesas com pessoal ao limite de 60% de suas receitas líquidas (Lei Camata). Sem prorrogação desse prazo – que depende da aprovação de um projeto de lei complementar pelo Congresso ainda este ano –, estarão suspensos a partir de janeiro de 1999 todos os repasses de verbas federais ao Distrito Federal, Estados e municípios que excedam o limite de gastos.

A ministra interina da Administração, Cláudia Costin, tem recebido telefonemas diários de governadores eleitos e prefeitos, atordoados com o curto período que resta, por lei, para executar a tarefa de enxugar as máquinas administrativas. Tiveram quase quatro anos para isso, desde que foi aprovada a Lei Camata, em 27 de março de 1995. Essa lei estipulou que até 31 de dezembro de 1998 todos os gastos com folha de pessoal devem adequar-se ao limite de 60% de comprometimento da receita líquida do Estado ou município com a folha de funcionários.

Demissões – “Seria muito bom, para os governadores eleitos, se eles assumissem o Estado com o comprometimento da receita com a máquina administrativa em 60%, porque poderiam investir”, afirmou a deputada Rita Camata (PMDB-ES), criadora da lei. “Caso contrário, eles terão o sabor da demissão”, completou ela, admitindo que alguns governantes não terão como escapar do cor-

te de funcionários.

A prorrogação do prazo tornou-se inevitável, constatam auxiliares do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em primeiro lugar, porque praticamente a metade dos governos estaduais não se enquadraram aos limites da lei e vão deparar-se com uma proibição constitucional. Além de impedir que a União faça transferência voluntária e conceda empréstimos a Estados, municípios e Distrito Federal para pagamento de despesas com pessoal, a reforma administrativa suspende os repasses de recursos federais ou estaduais aos que não se adequem à lei.

Pressão – O segundo argumento, que tem força política, diz respeito aos governadores já eleitos e os que sairão vitoriosos no segundo turno. O governo já vem sendo pressionado por alguns aliados a mudar os dispositivos legais, porque “os futuros governantes não podem ser sacrificados pelos que não fizeram o dever de casa”, comentou um colaborador direto de Fernando Henrique.

O Espírito Santo é exemplo de máquina pública que já chegou a consumir 92% do que o Estado arrecadava, perdendo apenas para Alagoas, que no início do atual mandato gastava 114,4% de sua receita. Com dados mais recentes em mãos, o governador eleito em primeiro turno pelo Espírito Santo, José Inácio (PSDB), foi um dos que procuraram a ministra Cláudia Costin pedindo relaxamento dos prazos para enxugar os gastos estaduais, já reduzidos a 78%. Também aproveitando a eleição em primeiro turno, o pernambucano Jarbas Vasconcelos (PMDB) fez o mes-

mo caminho e pediu à ministra prazos maiores.

São Paulo – O Estado de São Paulo está numa situação razoável. Os gastos do governo estadual com pessoal ativo e inativo, de janeiro a agosto de 1998, ficaram em R\$ 10.322.478.856,84. Isso representa 59,73% da receita líquida de R\$ 17.281.620.380,10. Mas, quando incorporada a provisão de 13.º salário, esse gasto sobe para 63,65% da receita líquida, já ultrapassando a determinação da lei.

O instrumento de negociação do governo federal com os Estados é um projeto de lei complementar que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) depois de ter relatado a reforma administrativa. O projeto prorroga os prazos da Lei Camata por um ano e prevê

ainda que, toda vez que for apurado excesso de despesa, os governos tenham um prazo de seis meses para ajustar-se ao limite legal. Prazo que o senador já quer reduzir para três, a fim de evitar manipulação das despesas por interesse eleitoral.

“Se esse projeto não for aprovado este ano, Estados e municípios que estão fora dos limites da lei poderão perder recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), para educação e convênios que não poderão ser repassados pelo governo federal, por impedimento constitucional”, alertou o senador. Segundo ele, a tramitação do projeto de lei complementar – que exige um quórum maior de parlamentares para ser aprovado – é prioridade do governo, ao lado da conclusão da reforma da Previdência.

**ALGUNS NÃO
TERÃO COMO
EVITAR
DEMISSÕES**